

Governo negocia fim da estabilidade

Rivadavia Severo
Brasília

Ministro Hélio Costa propõe "recall" de diretores que não consigam demonstrar competência no cargo. O governo quer garantir que a nova legislação das agências reguladoras tenha mecanismos para afastar dirigentes por insuficiência de desempenho. A tese foi defendida ontem pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, que propôs um "recall" de dirigentes das agências quando houver necessidade.

Em tramitação há três anos na Câmara dos Deputados, a proposta que tinha conseguido certo consenso entre os partidos depois de muito debate, agora terá que passar por uma nova rodada de negociação em um ponto nevrálgico, aquele que diz respeito à autonomia das agências. O debate sobre a demissão de dirigentes de agências foi aberto pela crise do setor aéreo, que deixou a diretoria da Agência Nacional de Aviação (Anac) exposta depois do acidente envolvendo o Airbus da TAM.

O governo busca minimizar o impasse do processo. Segundo o subchefe de assuntos governamentais da Casa Civil, Luiz Alberto dos Santos, "a maioria dos pontos já está negociada com o relator". Santos disse que a avaliação da insuficiência por parte dos dirigentes das agências poderia ser feita mediante a análise de cumprimento de seus planos estratégicos.

A proposta de Hélio Costa tem como base o Conselho Administrativo de Defesa Econômico (Cade), onde os conselheiros também são indicados pelo Presidente da República e aprovados pelo Congresso. Em ocasiões especiais, no entanto, o presidente pode pedir ao Senado que reveja as indicações. Ele disse que as agências poderiam ter o mesmo modelo, sem afetar o papel de regular e fiscalizar os serviços públicos.

Hélio Costa criticou os critérios atuais que conferem estabilidade aos conselheiros das agências. "Nossa posição, depois de conversar com diversos setores, é a de que os diretores e os conselheiros podem e devem ser estáveis, mas não intocáveis", disse. No entanto, sua posição não é única dentro do governo. Santos afirmou que o governo não tem uma proposta fechada e que vai aguardar o debate dos deputados, para tomar uma posição.

A oposição rebateu as propostas do governo. O deputado Eduardo Sciarra (DEM-PR), vice-líder de seu partido, disse que as críticas às agências são injustas e motivadas pela "trágica" crise aérea. Sciarra disse ainda que o Projeto de Lei 3.374-04 é muito "ruim" e não resolve os problemas das agências reguladoras. Uma das razões para isso, segundo ele, é que a proposta do governo subordina as agências "aos mandatários de plantão". O

parlamentar disse ainda que deveria caber ao Senado a decisão sobre afastamento, já que são os senadores que aprovam as indicações às agências.

A independência das agências foi defendida por representantes de investidores e das próprias agências. Para o presidente da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Jerson Kelman, a hipótese de destituição por insuficiência só pode ser admitida como exceção. Segundo ele, a demissão seria justificada se consumidores, empresas e governo estivessem descontentes com os dirigentes. O presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, disse que o "recall" será bom somente se "aprimorar o processo, ao mesmo tempo que não corrompa a independência das agências".

O relator do projeto de lei das agências, Leonardo Picciani (PMDB-RJ), antecipou que vai incluir em seu substitutivo a previsão de "recall", mas acrescentou que a iniciativa de propor a substituição de dirigentes deve partir do Executivo. O debate na comissão geral no plenário da Câmara contou com a presença de representantes do governo, das agências, de investidores e consumidores.

SEVERO, R. **Governo negocia fim da estabilidade.** Gazeta Mercantil, Caderno A, Pág. 6, 16/08/2007.